

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 As ciências humanas e a produção criativa humana [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-208-1

DOI 10.22533/at.ed.081192903

1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social.
I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Considerando a relevância que vem sendo dada a criatividade no contexto social contemporâneo, analisar as produções científicas brasileiras sobre a criatividade na educação. A Criatividade, um fenômeno tão caprichoso e flexível de complexa definição.

Os desafios que surgem diariamente em nossa sociedade, nos requerem a capacidade de apresentarmos soluções a nossos problemas de maneira inteligente e criativa, portanto, é esta criatividade que nos direciona cada vez mais a novidade, seja através de um novo conceito, uma inovação, ou descoberta de uma nova realidade. Há quem pense que a criatividade é um talento nato, privilegio de algumas pessoas, no entanto todos nascemos com potenciais de criatividade, porém seu desenvolvimento requer uma constante utilização. O ideal seria se todos nós tivéssemos o potencial criativo estimulado em todas as fases de nossa vida, em todos os ambientes aos quais nos relacionamos. No entanto, a realidade nos apresenta situações, vivências e experiências diferentes, devido ao contexto social, histórico e cultural nos quais estamos inseridos. O ambiente familiar e escolar, recebe uma atenção especial, por ser os locais essenciais ao estímulo da criatividade, entretanto esse potencial as vezes é deixado de lado no ambiente escolar, uma vez que o mais importante neste ambiente é ser aprovado. Na realidade do ensino no Brasil e do próprio estudante que, por diversos fatores, como por exemplo o próprio meio escolar, familiar, social, histórico e cultural, dificultam seu desenvolvimento criativo, limitando seus projetos aos mais usuais. Apesar da criatividade ter sido amplamente pesquisada e estudada, tanto no campo da filosofia, quanto nos campos da psicologia e pedagogia, ciências humanas ou humanidades são conhecimentos criteriosamente organizados da produção criativa humana, estudada por disciplinas como filosofia, história, direito, antropologia cultural, ciência da religião, arqueologia, teoria da arte, cinema, administração, dança, teoria musical, design, literatura, letras apresentando várias contribuições em seus estudos, acreditamos que a produção científica criativa por estudantes e sociedade de modo geral é em sua maioria escassa, talvez por falta de recursos e até mesmo da própria criatividade das partes envolvidas. Nesta perspectiva, acreditamos que o desenvolvimento do potencial criativo no ambiente escolar, partindo da premissa de que a criatividade possibilita a motivação do estudante no processo de ensino-aprendizagem, torna-se possível assegurar que a partir da criatividade os alunos possam assumir um papel ativo neste processo, criando, decidindo e não apenas aceitando passivamente o que lhe é imposto pelo docente e ambiente educacional. A educação precisa ser vista como uma possibilidade de liberdade e criação, libertando o educando de ideias convencionais. O professor ao ensinar deve possibilitar um despertar a curiosidade do discente, capaz de conduzir o espírito investigativo, direcionando os alunos a exploração do conhecimento. Considerando que a criticidade tem certa relação com à criatividade, sendo que onde há criatividade, há criticidade,

logo, a partir da criatividade, poderemos possibilitar também o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo, comportamento que consideramos importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Nosso trabalho aqui é mostrar que é possível compreendermos um pouco mais sobre a criatividade e sua relação com o processo de ensino aprendizagem, de maneira a possibilitar uma reflexão sobre nossas práticas educacionais, e verificarmos se estamos desenvolvendo ou reprimindo a criatividade em sala de aula, nos espaços educacionais e socioculturais. Neste esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a complexidade. Considerando a relevância que a criatividade possui para o desenvolvimento de uma sociedade, a qual, é capaz de estimular o pensamento crítico-reflexivo, é necessário compreender como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre criatividade na educação brasileira e quais os aspectos sobre a criatividade estão sendo focados? Nesse esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a superficialidade do conhecer e a profundidade do saber. A produção da ciência não se resume ao sonho, mas ela está associada a uma real preocupação com a melhoria da vida das pessoas e ela só pode ser obtida pela criatividade, pela inovação e em todas as áreas do conhecimento. Diante das mudanças do mundo estamos diante de grandes desafios, de novas descobertas, talentos e inovações.

No artigo **A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO**, o autor **JOSÉ ORLANDO SCHÄFER** buscar refletir sobre o momento histórico no homem e na formação cultural de cada sociedade e justificá-los a partir das suas origens, isto é, a partir da piedade, da família, da vida, da sociedade, da razão e do desejo/amor. No artigo as **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS** as autoras Laiane Caroline Ortega, Lílian Mara Alves Garcia, Regina Maria de Souza, analisam as alterações realizadas no Código Penal (Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940) em seu artigo 121 e na lei 8.072 de 25 de julho de 1990, a Lei de Crimes Hediondos por meio da criação da Lei 13.104 (Lei do Feminicídio) de 09 de março de 2015. No artigo **A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO**, o autor Ivan de Freitas Vasconcelos Junior, buscar mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero dentro da instituição. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). No artigo **A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS**, os autores Léia Adriana da Silva Santiago, Marco Antônio de Carvalho Sangelita Miranda Franco Mariano, Nathiele Cristine Cunha Silva os discorrem sobre as propostas do SEM para o ensino de história e posteriormente, apresentar os dados coletados de um questionário aplicado aos alunos do ensino fundamental, de duas escolas públicas municipais da cidade de Morrinhos, no estado de Goiás, durante o ano de 2014, que intencionou

verificar o conhecimento que estes têm a respeito da História da América Latina e se este conhecimento tem possibilitado a construção de uma consciência da integração regional e da identidade latino-americana. No artigo **ALINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE**, a autora Lariane Londero Weber buscou trazer a centralidade da análise de discurso que circula na mídia, para analisar um episódio político que obteve grande repercussão no primeiro semestre de 2017: o primeiro embate direto entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução da Operação Lava Jato. Como objetivo, pretende-se investigar a orientação discursiva da mídia nacional, que ocupa um lugar central nas relações entre os campos sociais e políticos, em abordar diversos temas através de abordagens enunciativas direcionadas ao contexto político e econômico atual. No artigo **ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS**, a autora "LUANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA buscou relatar uma experiência desenvolvida com alunos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, matriculados na disciplina de Matemática Discreta A, no período 2016/2. No artigo **Educação para as Relações Étnico –Raciais : Conhecimento e Prática Docente** os autores Alessandro da Silva Gomes, Bruna Corrêa Barradas, Maria da Conceição Pereira Bugarim, buscaram discutir sobre a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais afetará de forma positiva a vida dos negros no Brasil, torna-se necessário para o brasileiro conhecer toda a história da origem de sua cultura. No artigo **DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL**, as autoras MARIA JOSÉ POLONI, NEIDE CRISTINA DA SILVA buscou no presente trabalho tem como objeto a análise do “texto legal” em relação ao “texto real”. Esse é um estudo de cunho bibliográfico, fundamenta-se nas obras de Freire, Cury e Monteiro. Os resultados demonstram que existe uma lacuna entre o “texto legal” e o “texto real”, ampliando as desigualdades no país. No artigo **FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: RETHINK**, os autores Bárbara Fonseca Pinheiro Leão, Rodolfo Teixeira de Souza, Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior, buscaram propor uma nova ferramenta metodológica para o desenvolvimento de novos produtos, subsidiada pelo sistema de reaproveitamento de resíduos descartados, seja pela indústria ou por usuários domésticos ou também no redesign de produtos existentes. No artigo **ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO**, os autores, Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva, Francismara Neves de Oliveira, Guilherme Aparecido de Godoi, Leandro Augusto dos Reis, Luciane Batistella Guimarães Bianchini buscaram analisar as significações de alunos do ensino fundamental ii de escola estadual do município de Londrina-pr. participaram 5 alunos que cursaram o 8º ano em 2016, com histórico de reprovação, expressando sua percepção da trajetória escolar, erro e fracasso escolar. No artigo **O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA**

MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS, as autoras Mariana Tomazi e Sandra Aparecida Pires Franco buscaram promover a leitura dos professores e os educandos, possibilitando uma outra maneira de ver as obras literárias, tendo como análise as funções psíquicas superiores, em específico a memória. No artigo **LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJA DA CIDADE TIRADENTES – SP**, as autoras NEIDE CRISTINA DA SILVA, MARIA JOSE POLONI investigou e analisou se e como os estudantes autodenominados negros, na Educação de Jovens e Adultos, foram impactados pelo estudo de História e da Cultura Afro-brasileira. A problemática que estimulou esta pesquisa foi a visão negativa que esses estudantes, formam de si e dos seus pares, em decorrência da desvalorização da sua origem e cultura. No artigo **O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO FACEBOOK**, os autores Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva, Gyovanna Gomes Silva Germano e Bruno Silva de Oliveira buscam analisar dos neologismos presentes em publicações dos usuários da rede social Facebook. A coleta das palavras foi feita através da análise diária das publicações, nas quais se procurava verificar o entendimento de todos os indivíduos que interagem entre si utilizando palavras não-dicionarizadas. No artigo **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA**, os autores Deyvid Leite Lobo, Kaliane, Espanavelli Lobo e Bruno Pinto Soares buscam mostrar às condições socioeconômicas dos praticantes de capoeira, o que permitiu determinar o perfil global destes indivíduos e relacionar sua participação no processo de evolução da Capoeira, que por sua vez encontra-se no processo de inserção na dinâmica capitalista. A principal hipótese desta pesquisa, é que por não ser uma região tradicionalmente reconhecida pela prática da capoeira, teve condições diferentes das encontradas nos redutos tradicionais. No artigo **TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, os autores Marcus Vinícius Spolle e Analisa Zorzi buscam apresentar a metodologia e os resultados do projeto de ensino ligado ao Curso de Ciências Sociais da UFPel denominado **Transposição Didática**. Para tanto, situamos o debate sobre os conteúdos próprios da Sociologia no Ensino Médio. No artigo **O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**, os autores a Lucilene Schunck C. Pisaneschi busca estudar dentro das pesquisas relativas à organização do campo educacional brasileiro, a temática acerca da formação docente, tem assumido um papel de destaque, possivelmente, pelo fato da relação direta que se estabelece entre a qualidade da educação básica e a formação dos educadores que nela atuam. No artigo **ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO**, os autores Emanuele Tamiozzo Schmidt, Mariane Henz e Vânia Lisa Fischer Cossetin através de pesquisa institucional sobre em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade nos processos formativos/

educacionais na contemporaneidade. No artigo **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, os autores buscam apresentar uma análise discursiva sobre a circulação acerca do Dia Internacional da Menina. O Dia Internacional da Menina, que é comemorado no dia 11 de outubro, espalhou-se na rede social Facebook por meio de uma imagem comemorativa que retratava essa data. **No artigo IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**: os autores: Danielly Pereira dos Santos, Ana Cristina Gomes Figueiredo, Fernando José de Sousa Borges, Cassio dos Santos Barroso, João Carlos Santos de Andrade, Karla Agda Botelho Mota, Norton Balby Pereira de Araújo, Adalberto Cunha Bandeira e Samuel de Deus da Silva abordam sobre a importância da horticultura escolar uma ação que envolve professores e estudante. A pesquisa é do tipo descritiva exploratória, com delineamento de campo e bibliográfico, o objeto da pesquisa foi a Escola Estadual Girassol Tempo Integral Denise Gomide Amui. Foi aplicado um questionário a 30 alunos devidamente elaborado. Utilizou-se o método analítico para o levantamento de dados, já a coleta de informação foram *in loco*.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO	
<i>José Orlando Schäfer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929031	
CAPÍTULO 2	16
ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS	
<i>Laiane Caroline Ortega</i>	
<i>Lílian Mara Alves Garcia</i>	
<i>Regina Maria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929032	
CAPÍTULO 3	23
A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	
<i>Ivan de Freitas Vasconcelos Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929033	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS	
<i>Léia Adriana da Silva Santiago</i>	
<i>Marco Antônio de Carvalho</i>	
<i>Sangelita Miranda Franco Mariano</i>	
<i>Nathiele Cristine Cunha Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929034	
CAPÍTULO 5	50
A LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE	
<i>Lariane Londero Weber</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929035	
CAPÍTULO 6	60
ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS	
<i>Luana Oliveira de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929036	
CAPÍTULO 7	67
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONHECIMENTO E PRÁTICA DOCENTE	
<i>Alessandro da Silva Gomes</i>	
<i>Bruna Corrêa Barradas</i>	
<i>Maria da Conceição Pereira Bugarim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929037	

CAPÍTULO 8	83
DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL	
<i>Maria José Poloni</i>	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929038	
CAPÍTULO 9	96
FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: <i>RETHINK</i>	
<i>Bárbara Fonseca Pinheiro Leão</i>	
<i>Rodolfo Teixeira de Souza</i>	
<i>Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929039	
CAPÍTULO 10	108
ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO	
<i>Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva</i>	
<i>Francismara Neves de Oliveira</i>	
<i>Guilherme Aparecido de Godoi</i>	
<i>Leandro Augusto dos Reis</i>	
<i>Luciane Batistella Guimarães Bianchini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290310	
CAPÍTULO 11	124
O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS	
<i>Mariana Tomazi</i>	
<i>Sandra Aparecida Pires Franco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290311	
CAPÍTULO 12	130
LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJADA DA CIDADE TIRADENTES – SP	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
<i>Maria Jose Poloni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290312	
CAPÍTULO 13	143
O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO <i>FACEBOOK</i>	
<i>Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva</i>	
<i>Gyovanna Gomes Silva Germano</i>	
<i>Bruno Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290313	
CAPÍTULO 14	159
O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA	
<i>Deyvid Leite Lobo</i>	
<i>Kaliane Espanavelli Lobo</i>	
<i>Bruno Pinto Soares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290314	

CAPÍTULO 15	170
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	
<i>Marcus Vinícius Spolle</i>	
<i>Analisa Zorzi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290315	
CAPÍTULO 16	181
O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	
<i>Lucilene Schunck C. Pisaneschi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290316	
CAPÍTULO 17	194
ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO	
<i>Emanuele Tamiozzo Schmidt</i>	
<i>Mariane Henz</i>	
<i>Vânia Lisa Fischer Cossetin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290317	
CAPÍTULO 18	207
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Heitor Messias Reimão de Melo</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290318	
CAPÍTULO 19	218
IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Danielly Pereira dos Santos</i>	
<i>Ana Cristina Gomes Figueiredo</i>	
<i>Fernando José de Sousa Borges</i>	
<i>Cassio dos Santos Barroso</i>	
<i>João Carlos Santos de Andrade</i>	
<i>Karla Agda Botelho Mota</i>	
<i>Norton Balby Pereira de Araújo</i>	
<i>Adalberto Cunha Bandeira</i>	
<i>Samuel de Deus da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290319	
SOBRE A ORGANIZADORA	225

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONHECIMENTO E PRÁTICA DOCENTE

Alessandro da Silva Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciências e
Tecnologia do Pará
Tucuruí – Pará

Bruna Corrêa Barradas

Instituto Federal de Educação, Ciências e
Tecnologia do Pará
Tucuruí - Pará

Maria da Conceição Pereira Bugarim

Instituto Federal de Educação, Ciências e
Tecnologia do Pará
Tucuruí - Pará

RESUMO: A discussão sobre a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais afetará de forma positiva a vida dos negros no Brasil, torna-se necessário para o brasileiro conhecer toda a história da origem de sua cultura. A maior divulgação da Lei nº 10.639/03 pode ser aplicada nas escolas juntamente com a temática, e só vem a somar acerca da difusão desses ideais que tentam romper de vez a negatividade da imagem que o negro tem na sociedade. O presente estudo teve como objetivo investigar o nível de conhecimento pelos docentes do município de Tucuruí-PA, sobre o tema da educação para as relações étnico-raciais e oportunizar espaços de estudo e discussão. Torna-se importante a aplicação deste trabalho, pois além de obter as respostas

por parte dos professores, oportunizou-se espaço de conhecimento e diálogo sobre o tema. Os resultados obtidos e analisados mostraram pouco conhecimento dos professores sobre esta temática, além de que a maior parte dos docentes não conhecia a Lei e muitos, quase a maioria, ainda não participaram de formações iniciais e continuadas, no entanto, muitos deles mostraram já ter presenciado situações de preconceito entre os alunos. De forma positiva os professores têm trabalhado nas escolas a história e cultura afro-brasileira, contudo esse trabalho não está ligado ao foco das relações étnico raciais onde o negro possa ser verdadeiramente valorizado, a temática tende a não realizar um simples trabalho escolar, mas um trabalho de dinamização cultural, trabalhando na formação do aluno como cidadão, livre de preconceito e carregado de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Afro-Brasileira. Lei nº 10.639/03. Professores.

ABSTRACT: The discussion on the theme of Education for Ethnic-Racial Relations will positively affect the lives of blacks in Brazil, it becomes necessary for the Brazilian to know the whole history of the origin of his culture. The greater dissemination of Law No. 10,639/03 can be applied in schools together with the theme, and only adds to the diffusion of these ideals that try to break the negativity of the image that

the black has in society. The present study had as objective to investigate the level of knowledge by the teachers of the city of Tucuruí-PA, on the subject of education for ethnic-racial relations and to provide opportunities for study and discussion. It is important to apply this work, because in addition to obtaining the answers from the teachers, a space of knowledge and dialogue on the subject was made available. The results obtained and analyzed showed little knowledge of the teachers on this subject, besides that most of the teachers did not know the Law and many, almost the majority, still did not participate in initial and continued training, however, many of them have already shown situations of prejudice among students. In a positive way, teachers have worked in Afro-Brazilian history and culture, but this work is not linked to the focus of ethnic racial relations where blacks can be truly valued, the subject tends not to perform a simple school work, but a cultural dynamization work, working on the student's education as a citizen, free of prejudice and loaded with culture.

KEYWORDS: Afro-Brazilian Culture. Law 10.639 / 03. Teachers

1 | INTRODUÇÃO

“Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola”. Existindo um certo silêncio no meio escolar, as reações diversas com relação a discriminação racial e o preconceito tendem a ser taxadas como “normais” nas diversas instituições educacionais, este fato gera incomodo, pois, a população negra em tempos atuais, ainda é a oprimida. (CAVALLEIRO, 2005).

Isso reflete na forma como as crianças e jovens negros e brancos começam a enxergar o mundo e criar suas concepções, fazendo suas reflexões acerca dos estereótipos estampados sobre a sua raça e sua cor de pele, levando pessoas negras e principalmente crianças com o imaginário sobre o mundo em construção a refletirem sobre si mesmas, “mas eu sou negro e sou feliz!?”, “sou negro e não sou preguiçoso”, “sou negro e não me acho feio” dentre outros questionamentos que podem surgir sobre as várias formas enganosas de se referir a pessoa negra que são mostradas de forma agressora, suja e repudiosa.

A escola pode ser o meio pelo qual consegue-se abrir uma discussão acerca da problemática das relações étnico-raciais e encontrar soluções para a mesma, podendo trabalhar na reconstrução de uma sociedade livre de um modelo social discriminatório e excludente. Formando um espaço de construção de novos valores, livres de estereótipos, com crenças e valores culturais sendo respeitados, fazendo resgate de toda uma história de lutas onde o negro foi protagonista e para isso a escola e seus professores devem estar informados acerca do assunto.

A temática pretende difundir ainda mais a Lei nº 10.639/03, além de conscientizar e levar ao debate acerca das ações afirmativas para os negros, a questão do

preconceito, alternativas de mudanças da visão negativa que o negro tem perante a sociedade, trazendo a transformação da mentalidade do jovem transformando em um novo pensamento positivo sobre a posição do negro como cidadão de direito igualitário e criando assim um novo modelo de sociedade mais íntegro.

2 | AS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAS NA ESCOLA

No trabalho de Gomes (2003), o autor relata sobre sua pesquisa realizada com professores da educação infantil acerca do uso e interpretação do material didático para as relações étnico-raciais, apesar das considerações positivas dos professores acerca da importância de se trabalhar a temática com os alunos os mesmos relatam que há dificuldades de realizar este trabalho, visto que em muitas situações, segundo os professores, há a necessidade de sair de sua zona de conforto, isso devido ao cenário em que tanto docentes quanto alunos estão inseridos, logo então, para melhor se trabalhar precisa-se ir além daquilo que é proposto e ter-se as melhores alternativas de aplicabilidade.

Castro (2011), em seu estudo acerca da formação continuada de professores sobre a Lei nº 10.639, relata que a formação inicial por si só não é o bastante na aquisição do conhecimento sobre relações étnico-raciais, o autor dá ênfase em seu trabalho que para melhor consistência sobre o tema deve haver a formação continuada e debates para dinamizar as estratégias de ensino.

Canen & Xavier (2011), enfatizam que “a formação de professores possui um papel relevante, uma vez que preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania”. Um educador não conscientizado sobre essa problemática, que neste caso ocorre em muitas instituições, pode não perceber ou deixar que se prevaleça em sua sala de aula, situações de discriminação e preconceito entre os alunos, por meio de brincadeiras ofensivas, mesmo que sem intenção egoísta ou ataque a autoestima do aluno negro.

Serrano & Waldman (2010), relatam em seu livro sobre a história da África, como uma temática a ser trabalhada em sala de aula, trazendo a forte identificação que há entre as culturas africana e brasileira, essa miscigenação que foi contextualizada no período histórico colonial, que por muito tempo foi tratado de forma negativa, devido à escravidão sofrida pelos negros. Essa visão negativa tende a tomar outros rumos com implementação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do país.

Nas escolas o professor deve estar atento a situações de discriminação e preconceito, principalmente em escolas da periferia, onde além do fator da cor, alunos de famílias pobres e carentes, onde qualquer situação de ofensa pode abalar

fortemente a autoestima do aluno, “concepções falsas sobre os negros também internalizadas pelo grupo étnico, dificultando a construção de uma identidade positiva, capaz de contrapor-se às concepções negativas, elaboradas historicamente pelos grupos brancos dominantes”. (VALENTE, 2005, p. 64).

3 | AÇÃO AFIRMATIVA, RELAÇÕES RACIAS E EDUCAÇÃO

“A questão fundamental que se coloca é como aumentar o contingente negro no ensino universitário e superior de modo geral, tirando-os da situação de 2% em que se encontram depois de 114 anos de abolição em relação ao contingente branco, que sozinho representa 97% de brasileiros universitários” Ações afirmativas, como as cotas é somente o início para a mudança de tal estatística, para equidade, visando a mudança desse quadro injusto em que se encontra a população negra, apenas como um instrumento ou caminho entre tantos a serem incrementados nesta luta por valorização de uma etnia. (MUNANGA, 2001, p. 34).

No Brasil, estudos realizados nas interfaces da educação e das relações Inter étnicas expuseram as dificuldades enfrentadas pelas crianças negras no sistema escolar, indicando a necessidade de serem encontrados mecanismos de combate ao preconceito e discriminação raciais ao nível da socialização primária e secundária, ou seja, na família e na escola. (VALENTE, 2005, p. 62).

Para Munanga (2001), A implementação de ações afirmativas só veio a trazer benefícios as pessoas atingidas por elas, durante muito tempo depois de muita discussão se essas ações iriam trazer reais benefícios ou não, as mesmas foram implantadas. Sabemos que tudo isso é apenas o início e ainda muito trabalho pela frente, a Lei nº 12.711 de agosto de 2012 que atingi de forma positiva as pessoas de baixa renda que frequentaram a escola pública, serviu de grande estímulo para o ingresso de estudantes pobres na universidade. A lei também trata em seu artigo 3º sobre o a pessoa negra, o texto diz assim:

Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto De 2012. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012, s. I, p. 01)

Munanga (2001), diz que a aprovação da lei vem como modo de reparar, mesmo que de forma bastante pequena, o sofrimento causado ao negro durante séculos de escravidão, discriminação e exclusão, a lei vem a aumentar o percentual de pessoas negras nas faculdades, oportunizando a formação destas pessoas para que possam

de forma gradativa ingressarem no mercado de trabalho, desta forma contribuindo para o aumento de pessoas negras, tanto homens quanto mulheres no trabalho formal.

Sobre a questão de cotas como ação afirmativa, Munanga (2001, p. 34) afirma: “Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à ‘casta’ branca da sociedade. O uso desse instrumento seria transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade global na construção de sua democracia e plena cidadania”.

Numa sociedade onde segundo Munanga há uma negação sobre a questão da discriminação racial, torna-se necessário a aplicação de tais ações afirmativas por meio de leis que irão reger de forma obrigatória o processo de evolução quanto a posição do negro na sociedade.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1 O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, s. I, p. 01)

Serrano & Waldman (2010), relatam que a aprovação de Lei trouxe em paralelo às manifestações de apoio, reivindicações negativas, tendo como justificativa o cunho autoritário da lei e defesa da teoria da não necessidade da mesma. Outra vertente contrária a Lei seria a de os grupos étnicos que também têm contribuição na formação da cultura brasileira não foram abrangidos, levando esses grupos a negação da referida Lei.

A Lei nº 10.639/03 chega ao Estado Brasileiro no bojo do debate da implantação das políticas de ações afirmativas para a população negra que, embora reivindicadas pelo movimento social negro, compõem o discurso estratégico dos organismos internacionais que defendem a instituição de políticas sociais focalizadas para os mais pobres, entre quais, os negros. (RAMOS, SANTANA & SANTANA, 2011, p. 14).

A Lei nº 10.639, vem reparar erros que durante anos foram contatos nas escolas, faculdades e eventualmente estão fora dos livros didáticos, quem mais lutaria pelas causas dos escravos negros, senão os próprios?, Além de que muito precisa se falar que o negro tinha formação e profissão na abolição, muitos nomes deixados de lado da história, necessitam ter seu devido valor, sua história e luta valorizada.

4 | METODOLOGIA

Este trabalho além de oportunizar espaços de discussão acerca da temática relações étnico-raciais, fez aplicação de um questionário aos professores envolvidos. Quanto ao tipo de abordagem, foram utilizados os métodos de pesquisa qualitativos onde foram feitas as observações sobre as concepções, dúvidas e considerações que os professores demonstravam durante as palestras de formação que foram ministradas, e o método quantitativo com a aplicação do questionário onde pode-se concluir de forma concreta as observações feitas sobre o conhecimento dos professores sobre o tema.

Ao todo 17 professores de duas escolas municipais da cidade de Tucuruí/PA responderam o questionário, as respostas foram coletadas e feitas as comparações acerca de analisar o nível de conhecimento dos professores com relação a temática, situações de preconceito presenciadas entre os alunos e suas práticas pedagógicas. O questionário continha 10 perguntas, sendo 8 perguntas principais e 2 que dependiam da resposta da questão principal para serem respondidas. Os professores tiveram a oportunidade de responder livremente, logo após os questionários foram coletados.

As palestras de formação tiveram como objetivo levar o conhecimento sobre a temática ERER aos professores e sensibiliza-los sobre esta questão, para um grande número tratava-se da primeira formação onde estavam participando, muitas dúvidas aparentes acerca do tema e um certo desconhecimento do que estava sendo tratado podia ser observado e partindo desse ponto foram feitas múltiplas análises qualitativas dessas concepções.

Diligenciando sobre o intelecto dos professores acredita-se que o trabalho nas escolas da educação básica com relação a temática se torne mais eficaz, com todo corpo docente esforçado na mudança e na formação de uma sociedade mais igualitária, dessas escolas irão sair pessoas que difundirão suas ideologias no meio em que irão conviver. Uma juventude mais preocupada com o valor ao próximo, tendo suas concepções direcionadas na busca de uma sociedade mais equitativa fará com que as lutas sociais, por direitos se tornem mais justas, democráticas e conciliáveis. “É nesse contexto que a educação participa como um campo que articula de maneira tensa a teoria e a prática”. (GOMES, 2012, p. 99).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das respostas do questionário aplicado aos professores serão apresentados e discutidos a seguir, nos subcapítulos, os mesmos apresentam as perguntas.

5.1 Conhecimento sobre o tema, Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

As respostas para a primeira pergunta estão como mostra no gráfico 01. Um percentual considerável de professores estão por dentro da temática e detém algum conhecimento sobre o assunto, contudo não basta somente conhecer e sim praticar, mas como primeira análise o percentual mostrado no gráfico é satisfatório, demonstrando que os docentes têm noção do tema, e a partir daí se torna fácil a abordagem para aplicação das práticas pedagógica envolvendo a temática, logo então se torna, mais fácil esclarecer aos professores a importância de se trabalhar está temáticas nas escolas, como alternativa de diminuir as práticas racistas no meio escolar.

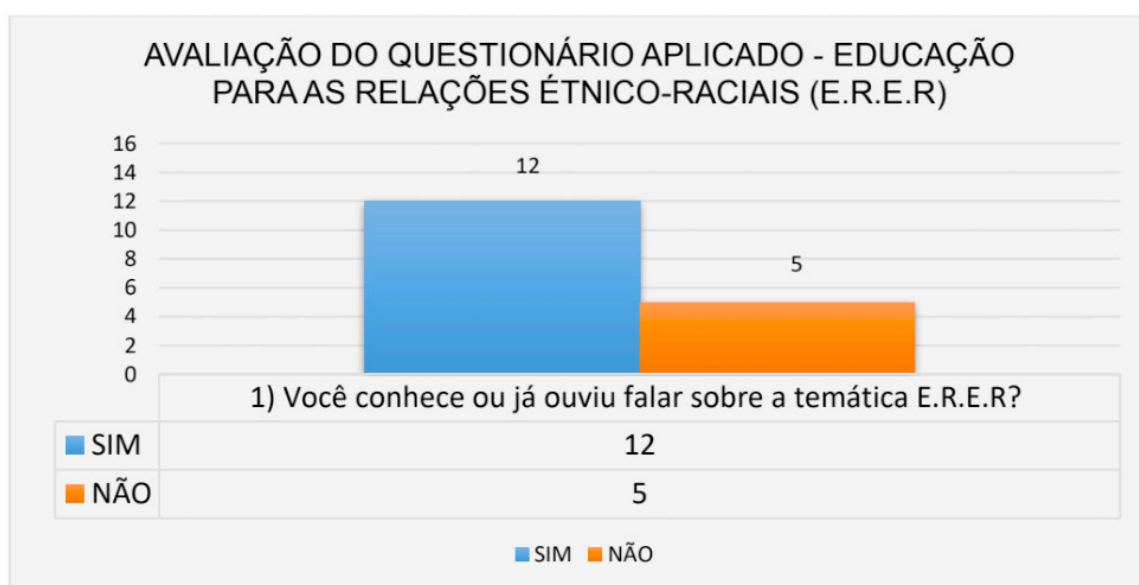


Gráfico 01: Gráfico de avaliação da primeira pergunta do questionário sobre ERER

Gomes & Jesus (2013), discutiram em seu trabalho que embora os docentes tenham conhecimento da temática ainda pouco se sabe sobre sua aplicabilidade e quais as orientações legais para se trabalhar em cima da lei, tendo vista que resta ainda uma pesquisa mais ampla sobre o assunto, pois os resultados que se tem são somente a níveis de cidades ou pequenas regiões, resultantes de artigos, teses de doutorados e monografias de trabalhos realizados desde antes e depois da implementação da lei.

5.2 Sobre a participação dos professores em palestras e oficinas de formação

Já nesta segunda pergunta do questionário podemos ver uma certa controvérsia, visto que embora muitos professores sejam conhecedores da temática a maior parte deles nunca participou de palestras ou oficinas relacionadas ao tema de acordo como demonstra no gráfico 02 desta. Esta falta de conhecimento mais aprofundado sobre o tema demonstra como ainda é falha a aplicação da Lei nº 10.639 nas escolas, visto que o corpo docente sem formação sobre o assunto não irá demonstrar postura de

interesse, e talvez não fique atento para a importância do mesmo, como sendo de grande valia na luta contra preconceito e discriminação racial e também como fator de resgate da história na valorização do negro como formador da cultura brasileira.

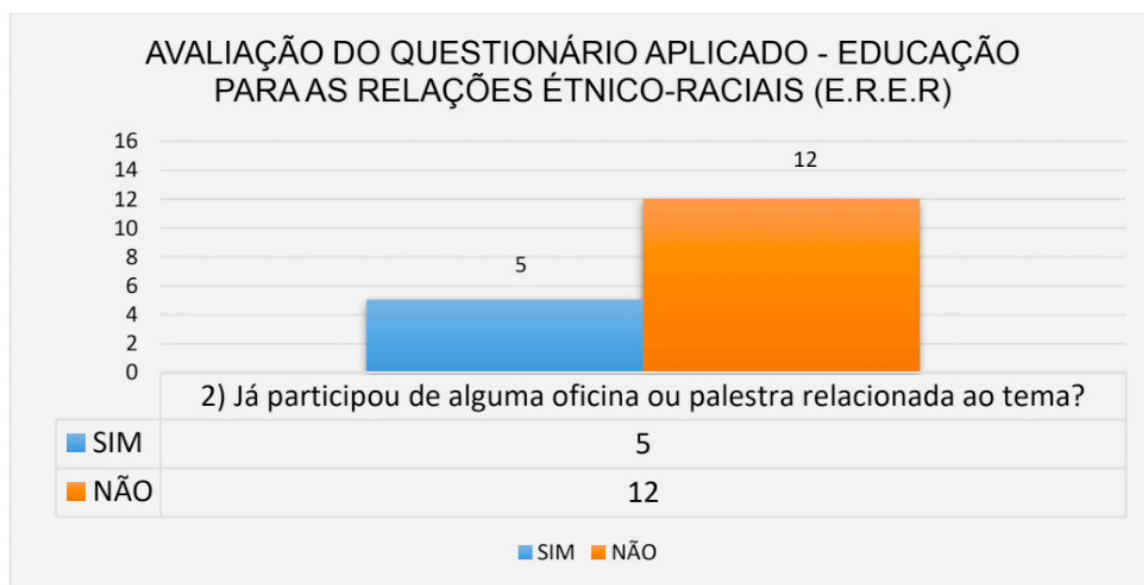


Gráfico 02: Gráfico de avaliação da segunda pergunta do questionário sobre EREER

A lei federal 10.639/2003 tornou-se um marco periodizado político, legal e histórico. A formação continuada, que até então era considerada uma panaceia para resolver os problemas do ensino e da aprendizagem na educação escolar básica de um modo geral, torna-se basilar para a implementação da obrigatoriedade do estudo da história e da Cultura Africana e Afro-brasileira, tendo em vista a formação inicial considerada lacunar ou mesmo insatisfatória neste campo. (PAULA & GUIMARÃES, 2014, p. 445)

Neste ponto de vista podemos ver a importância de oportunizar espaços onde se possa discutir e levar informação sobre a Lei nº 10.639 e a temática das relações étnico-raciais, dinamizando esse conhecimento os professores e todo corpo docente. Nas palestras realizadas podemos ver que os professores ainda tinham bastante dúvida de como se trabalhar a temática, e de como aplicar isso no dia a dia da escola, há uma falta de conhecimento mais ampla da cultura afro-brasileira tornando as formas de abordagens mais escassas, aumentando a dificuldade de pôr em prática esta tarefa.

5.3 Conhecimento sobre a Lei nº 10.639/03?

Já se passaram mais de 10 anos desde a aprovação da Lei e o que se espera desse contexto é que ao menos uma grande parte dos docentes formados desde então nas áreas de licenciatura e também a grande massa já em exercício de profissão, tenham conhecimento sobre a lei e sua aplicabilidade, no entanto não é dessa forma que encontra-se a situação, como podemos analisar no gráfico sobre esta questão 03, onde quase metade dos entrevistados não tem conhecimento da lei e em paralelo a isso também não têm a ciência de sua obrigatoriedade. No quantitativo temos como

resultado sendo 9 dos 17 entrevistados que dizem ter conhecimento da Lei e 8 que dizem não ter conhecimento, podemos perceber um percentual de mais de 50% contado os professores que conhecem a Lei.

A implementação da Lei nº 10.639 como sendo fruto da luta dos movimentos sociais negros não pode ser deixada ao arquivamento, como acontece com muitas leis que são aprovadas e não tem seu devido cumprimento no Brasil. “A referida Lei visa o reconhecimento por iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos e valorização da diversidade através da mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modos de tratar as pessoas negras, respeitando-as em todos os aspectos, tantos físicos, quanto religiosos, evitando apelidos, brincadeiras, piadas em busca do conhecimento da sua história e, com isso, desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira”. O mesmo mito que dificulta o trabalho de disseminação da lei e a realização de um trabalho em prol de uma sociedade mais equânime. (RAMOS, SANTANA & SANTANA, 2011, p. 15)

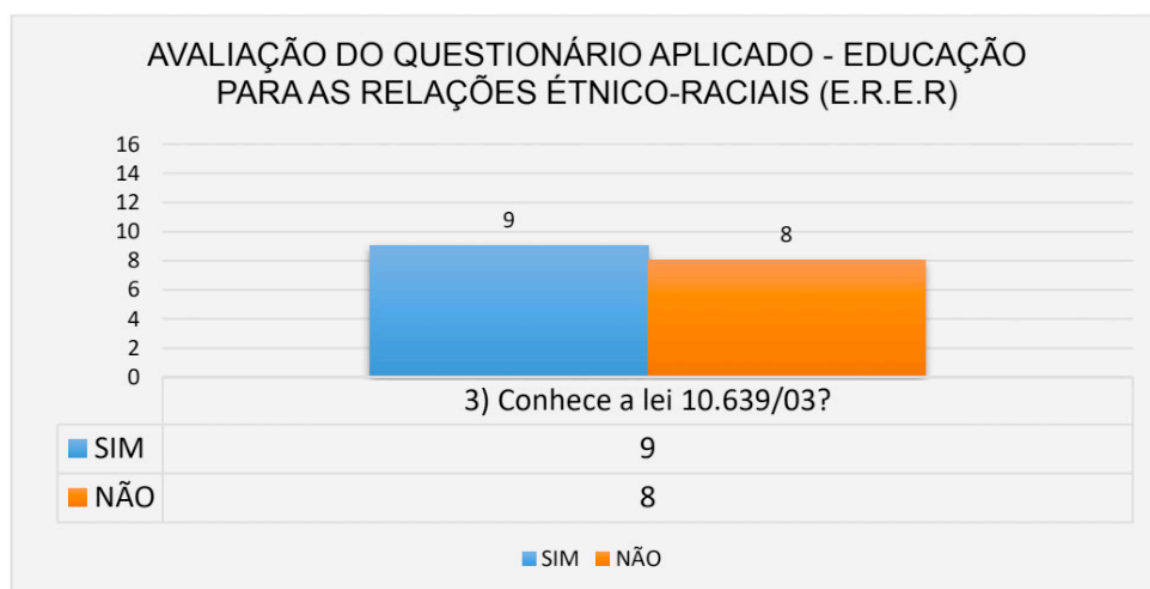


Gráfico 03: Gráfico de avaliação da terceira pergunta do questionário sobre ERER

5.4 O trabalho envolvendo a questão racial, história e cultura da África e cultura afro-brasileira na escola

Nesta questão podemos ver que a maioria dos professores diz estar trabalhando em suas escolas a questão racial, história e cultura da África e cultura afro-brasileira (gráfico 04), e apenas um professor diz não estar trabalhando, acredita-se que essa resposta se deve à falta de conhecimento do professor sobre as práticas pedagógicas da escola onde trabalha, visto que os outros responderam que sim, que essas questões são trabalhadas na mesma escola. Contudo analisando as respostas anteriores podemos ver que isto não é feito objetivando o desenvolvimento das relações raciais e sim apenas um simples trabalho escolar de datas comemorativas, não que isso seja algo a se desvalorizar, mas na luta pelas causas sociais, na luta pela igualdade

racial, isso precisa ser algo bem mais enfatizado trabalhando encima dos valores que irão se agregar na vida tanto do aluno quanto do próprio professor, com uma visão a verdadeira valorização da história do negro quanto protagonista na formação da cultura afro-brasileira.

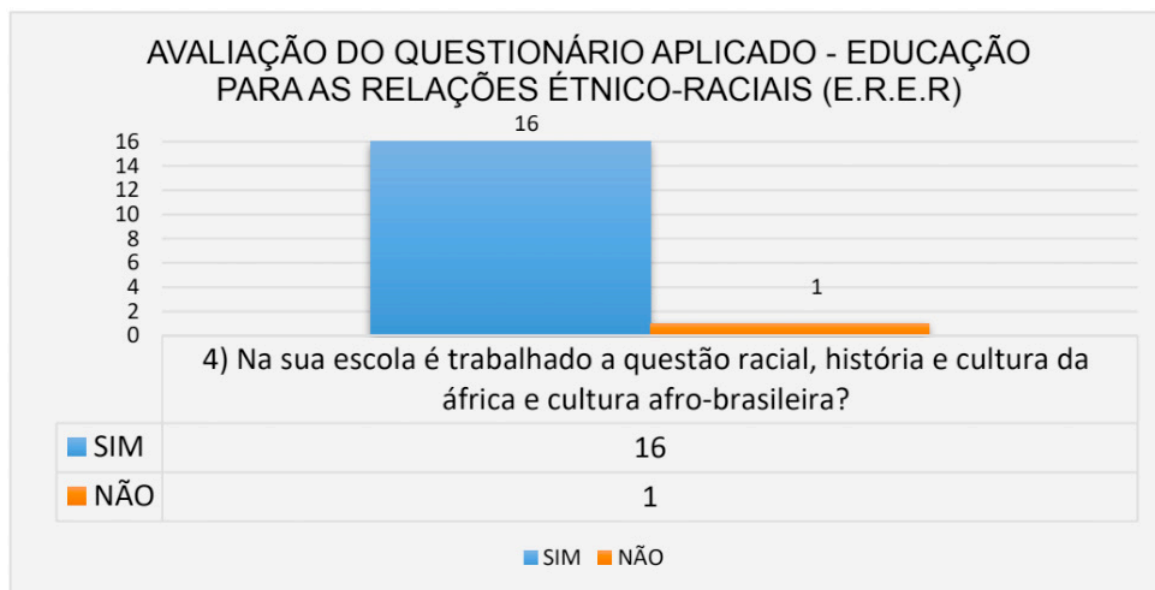


Gráfico 04: Gráfico de avaliação da quarta pergunta do questionário sobre ERER

Coelho & Coelho (2013), em sua pesquisa em algumas escolas da região norte do país relatam os resultados positivos de escolas que trabalhavam com a prática da temática das relações étnico raciais, com maior valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, além do fortalecimento da identidade negra, com a dinamização do tema, os alunos negros relatam se sentirem bem mais à vontade no ambiente, não tendo que se preocupar com a agressão a sua autoestima devido fato de sua cor, os alunos também relatam que a convivência com os outros alunos melhorou bastante e de forma agradável.

Para os professores que responderam que “sim” para a quarta pergunta do questionário, uma outra pergunta foi feita, perguntando “de que forma” a questão racial, história e cultura da África e cultura afro-brasileira era trabalhado na escola (gráfico 04.1). A maior parte dos professores (10) responderam que o dia da consciência negra, comemorado no dia 20 de novembro, é trabalho na escola. O restante dos professores (5) respondera que realizam práticas de outras formas e um professor disse que fazem sarau na escola como forma de trabalho de práticas pedagógicas.

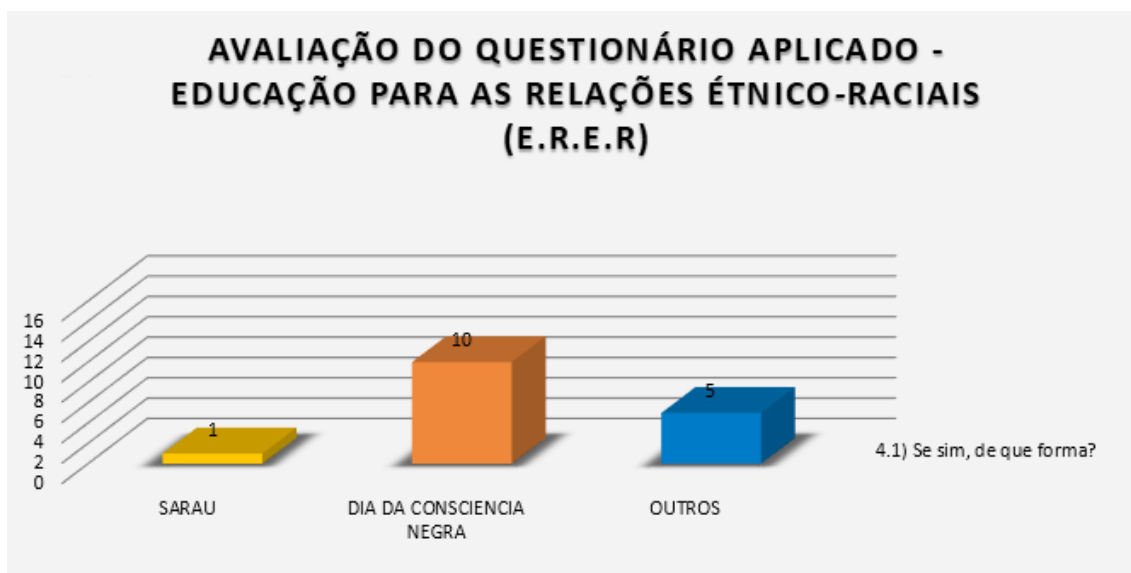


Gráfico 04.1: Gráfico de avaliação da subquestão da quarta pergunta do questionário sobre ERER

5.5 O papel das secretarias de educação na formação de professores

Nesta quinta pergunta do questionário podemos ver porque muitos professores desconhecem a temática e a Lei nº 10.639, como mostra o gráfico (gráfico 05), segundo os professores ainda há escassez de formação sobre a temática, e isso só vem a prejudicar o trabalho ou deixar de ser realizado um bom trabalho envolvendo as questões raciais.

Souza & Pereira (2013, p. 63) expõem em seus resultados que, ainda nos dias atuais, necessita ser feito um trabalho intensivo com secretários de educação e gestores, para que não somente entendam a obrigatoriedade, mas principalmente a importância de as escolas seguirem estas alterações feita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para que consigamos contribuir para a formação de um Brasil que tome para si seus reais valores históricos e culturais.

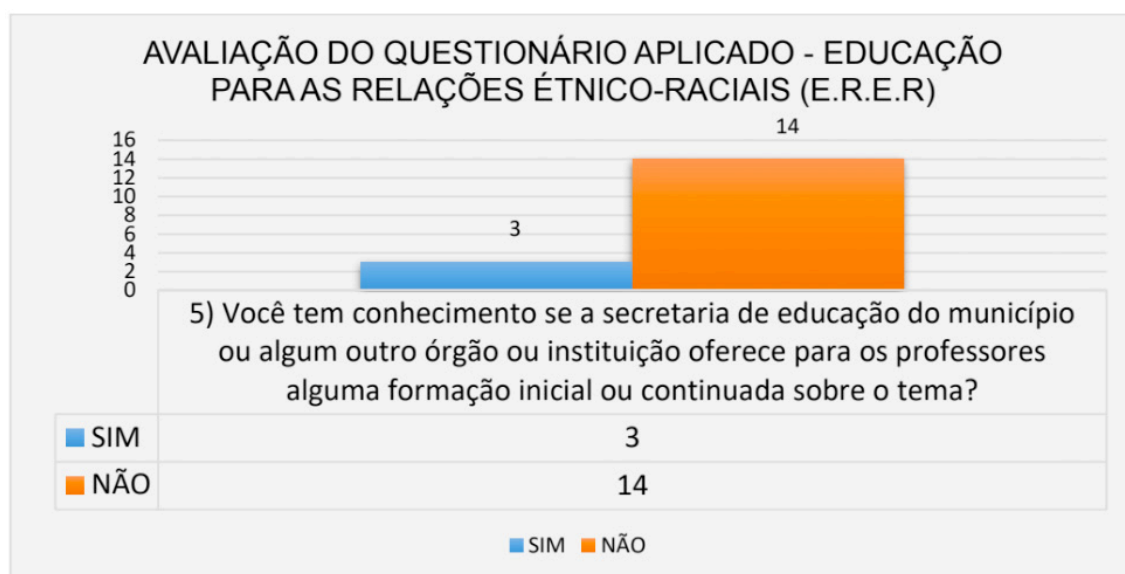


Gráfico 05: Gráfico de avaliação da quinta pergunta do questionário sobre ERER

Para os professores que responderam “sim” no questionário, uma outra pergunta em seguida questionava “como ocorre”, esta era uma questão aberta onde os professores podiam responder de forma livre, nesta questão obteve-se duas respostas sendo: Amostra e Formação continuada. Partindo dessa resposta podemos ver que a secretaria do município oferece formação relacionada ao tema das relações étnico-raciais, contudo analisando os dados obtidos na quinta pergunta (gráfico 05), podemos ver que poucos professores têm acesso a essas formações, resta aí um maior empenho da secretaria na divulgação dessas formações e maior difusão para que o número de professores com a formação possa aumentar no município.

5.6 Situações de preconceito e discriminação entre alunos

Esta pergunta nos traz uma das questões principais deste trabalho, podemos ver no gráfico 06, que a maioria dos professores (10) já presenciou situações de preconceito ou discriminação entre os alunos, visto que as escolas estão localizadas na periferia onde o percentual de alunos negros e pobres é grande, assim como também o de não negros pobres. As brincadeiras inocentes por partes dos alunos podem gerar, mesmo que sem intenção o desconforto gerado pelo racismo, e mais preocupante isso se torna quando as agressões são feitas de forma intencional.

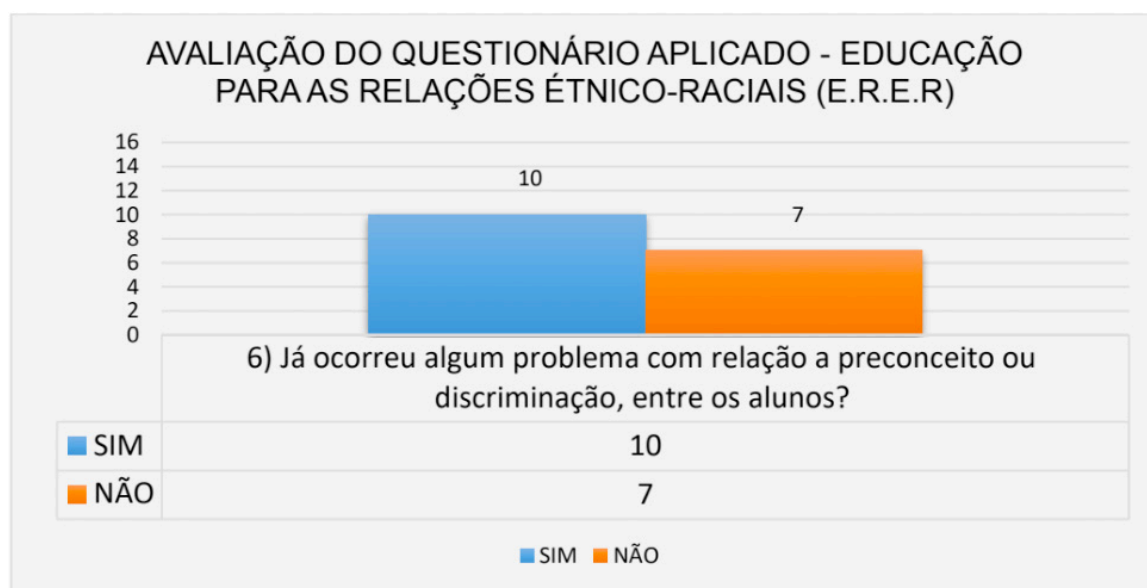


Gráfico 06: Gráfico de avaliação da sexta pergunta do questionário sobre EREER

Podemos analisar que o número de professores (7) que não presenciou nenhuma situação de racismo não é tão pequena, esta é uma situação que podemos sugerir que esse número pode estar associado a um problema já tratado anteriormente sobre o fato de que muitos ainda acreditam não haver mais preconceito racial e já não enxergam mais tal situação como algo criminoso e que fere direitos.

A questão da superioridade do branco existente sobre o negro não é algo cultural, trata-se de um pensamento covardemente difundido desde os tempos de escravidão

e que hoje resisti, exemplificando do que se trata exatamente o racismo, a modo que um determinado grupo de pessoas se acha superior a outro, sendo o conceito de raça não tendo embasamento científico algum. “A elite brasileira se auto identifica como *branca* e assume as características do branco-europeu como representativas de uma superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é frequentemente considerado um tipo étnica e culturalmente inferior”. (FERREIRA & CAMARGO, 2011, p. 376, grifo do autor)

5.7 A necessidade de as relações étnico-raciais ser trabalhada na escola

Nesta questão podemos ver que a maioria dos professores de acordo com a questão veem a necessidade de estar trabalhando em suas escolas a questão racial, (gráfico 07). Este é um ponto positivo e um pontapé inicial para que as secretarias intensifiquem os trabalhos com a formação de professores que ainda não tiveram contato e desconhecem a temática das relações étnico-raciais e reforçar para aqueles que já passaram pela formação para que possam de forma conjunta estar trabalhando a temática nas escolas, com novas ideias e novas abordagens, nesta missão de disseminação da cultura africana e afro-brasileira, na luta contra o preconceito. Um professor respondeu “não” a esta pergunta, dizendo não ver a necessidade de as relações étnico-raciais serem trabalhadas em sua escola, podemos tirar algumas conclusões a partir desta resposta de que o mesmo não compreendeu muito bem do que se tratava a pergunta.



Gráfico 07: Gráfico de avaliação da sétima pergunta do questionário sobre E.R.E.R

A busca afim de atingir um alto percentual de pessoas empenhadas na luta por melhorias no quadro de igualdades sociais deve ser incessável, deve-se provar ao máximo de pessoas que a discriminação e o preconceito ainda existem em nossa sociedade e permeiam os mais diversificados locais e ainda é algo a precisar ser

remediado, impedindo sua reprodução. “Embora a diversidade cultural esteja presente em todas as sociedades, a questão racial no Brasil localiza-se num amplo e complexo campo, cujo interesse não é algo particular às pessoas que se identificam a esse grupo étnico-racial, ou a militantes dos movimentos negros, antes, é uma questão pertinente a toda a sociedade brasileira e toda a humanidade”. (SANTOS & MACHADO, 2008, p. 97).

5.8 O uso do material didático para o trabalho com a questão racial, história e cultura da África e cultura afro-brasileira.

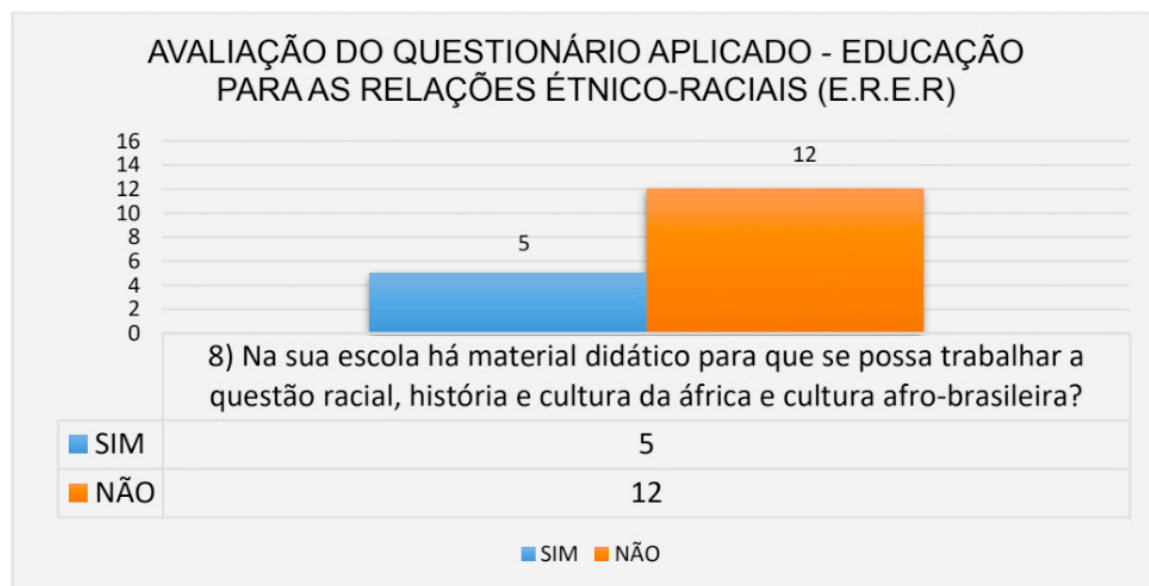


Gráfico 08 Gráfico de avaliação da oitavapergunta do questionário sobre E.R.E.R

O livro didático para as relações étnico-raciais visa trazer gravuras e um conteúdo que traga maior valorização da pessoa negra, não fazendo uso dos termos pejorativos usados em livros que durante anos circularam nas escolas de educação básica e que mesmo hoje, infelizmente ainda são reproduzidos, livros este que trazia uma imagem negativa do negro, colocando negros como pessoas tristes, feias, e em ocupações como: domésticas, garis, sendo estas ocupações pouco valorizadas na sociedade, enquanto que a imagem do homem branco, é sempre colocado, como loiro, de olhos azuis, em ocupações de grande importância social, como médicos, engenheiros e presidentes. “A educação brasileira, as escolas e os professores vêm sendo desafiados a incluir nos currículos, uma nova leitura sobre o lugar da África na história da humanidade e o papel dos afrodescendentes no Brasil, não mais estigmatizados conforme verificamos na história oficial”. (CASTRO, 2011, p. 27)

Souza & Pereira (2013, p. 61), afirmam que as publicações produzidas e distribuídas pelo MEC com o objetivo de auxiliar os docentes na abordagem das temáticas inerentes à Lei nº 10.639 não chegam a todas as escolas e que em algumas escolas que chegam a receber o material o deixam armazenados de forma

desorganizada, não obstante em alguns casos a chegada do material não chega ao conhecimento do professor.

6 | CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa constatou-se claramente que o principal problema para se trabalhar as questões raciais está na formação dos professores, pois o percentual dos que detém conhecimento acerca da temática Educação para as Relações Étnico-Raciais demonstrou-se muito baixo. Resta desses, mais participação em formações relacionadas ao tema para que possam estar mais cientes sobre a importância e obrigatoriedade da Lei nº 10.639, e para que possam estar mais versados sobre as formas de abordagens que existem envolvendo a temática. Os professores precisam saber identificar as situações de preconceito que eventualmente possam presenciar no meio escolar entre os alunos, e necessitam aprender como lidar com essas ocasiões. A escola precisa ser o lugar onde o aluno é preparado para a diversidade e para a inclusão.

Um ponto positivo desta pesquisa foi perceber que as questões raciais estão sendo trabalhadas nas escolas mesmo que de forma ainda pouco efetiva. Existem formas de estar intensificando o trabalho acima destas questões, o trabalho realizado em cima do material didático pode ser realizado durante todo o ano, além de aulas expositivas e dinamizadas que envolvam a cultura, religião, dança e arte afro. Os educadores devem estar dispostos a romper com paradigmas e manter-se em constantes mudanças educacionais progressivas criando escolas inclusivas e de qualidade, preocupando-se em exercer o multiculturalismo nas instituições de ensino.

Podemos apontar o papel primordial das secretarias de educação municipais e estaduais como sendo de grande impacto nas questões raciais, podendo oferecer cursos de formação inicial e continuada e ofertando o material didático para ser trabalhado. As formações devem acontecer de forma intensa até que o grande contingente de docentes seja atingindo e a aquisição do conhecimento por todo o corpo docente possa despertar a importância de se trabalhar as questões raciais de forma efetiva nas escolas.

Elas também podem contribuir inserindo nas atividades anuais escolares atividades culturais afim de dinamizar os valores étnico-raciais e intensificar os trabalhos e atividades que já são realizados de forma íntegra e concreta. Com essas medidas gradativamente uma nova sociedade vai sendo construída, com novos pensamentos e valores morais e éticos de igualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 2003, n. 104, 09 janeiro 2003. Seção I, p.1.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2012, n. 124, 29 agosto 2012. Seção I, p.1.

CANEN, Ana.; XAVIER, G. P. M. **Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 641-813, set./dez. 2011.

CASTRO, Maria Zenaide Gomes De. **A formação continuada de professores na escola de aperfeiçoamento de profissionais da educação (EAPE) referente a Lei 10.639**. Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

CAVALLEIRO, E. S. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 236 p. 2005. (Coleção Educação para todos).

COELHO, Wilma de Nazaré B.; COELHO, M. C. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**. Educar em Revista, Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.

FERREIRA, Ricardo Franklin.; CAMARGO, A. C. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 31, n. 2, p. 374-389, ago./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteira, Minas Gerais, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino.; JESUS, R. E. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa**. Educar em Revista, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e Cultural, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001.

PAULA, Benjamin Xavier.; GUIMARÃES, S. **10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014.

RAMOS, Aline Oliveira.; SANTANA, M.; SANTANA, J. V. J. **Relações étnico-raciais no ambiente escolar: reflexões a partir de uma escola pública no município de Itapetinga/BA**. Educação, Gestão e Sociedade, Eça de Queiroz, n. 2, p. 1-32, jun./jun. 2011.

SANTOS, Sônia Querino S.; MACHADO, V. L. C. **Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (lei 10.639) e novos desafios**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: A temática africana em sala de aula**. São Paulo: CORTEZ, 3ª Edição, 2010.

SOUZA, Florentina da Silva.; PEREIRA, L. M. S. **Implementação da lei 10.369/2003: mapeando embates e percalços**. Educar em Revista, Curitiba, n. 47, p. 51-65, jan./mar. 2013.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 62-76, jan./abr. 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-208-1

